

# O papel da China em uma transição energética global justa e sustentável

Relatório Síntese do Evento

Outubro 2023

---

[www.mott.org](http://www.mott.org)



# Índice

Sumário executivo **02**

---

A visão: O que queremos? **03**

---

O evento público,  
3 de outubro de 2023 **05**

---

Reuniões fechadas  
de 4 a 5 de outubro **09**

---

Anexo I: Ferramentas  
de base de dados e  
bibliografia **16**

---

Relatórios e outros  
recursos **19**

---



## As autoras

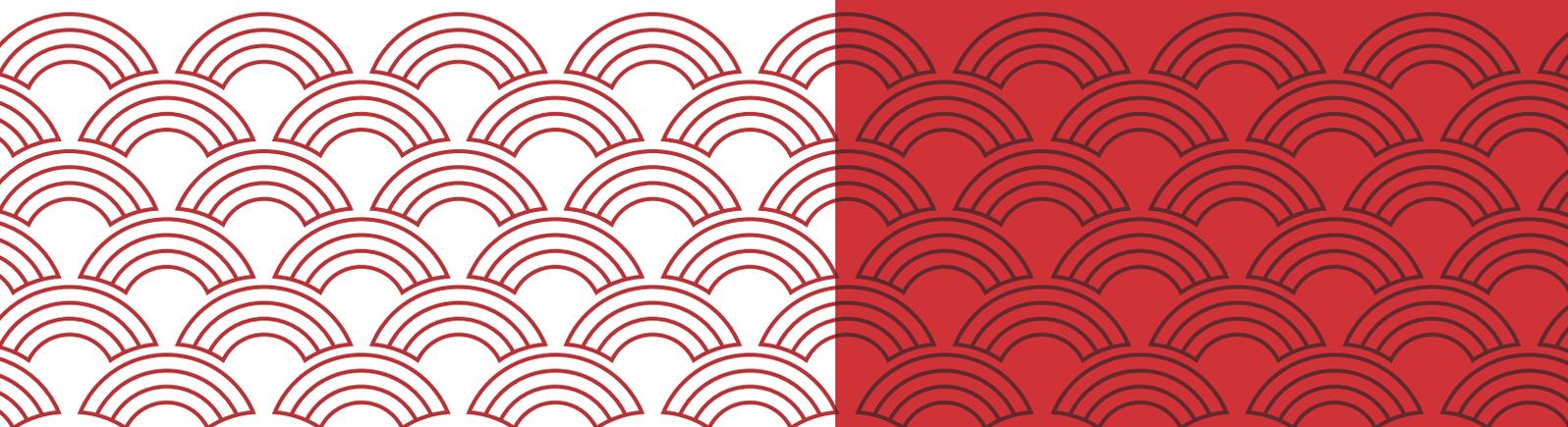
Amy Shannon  
Traci Romine  
2024

## Agradecimentos

As autoras deste relatório gostariam de agradecer à Fundação Charles Stewart Mott (Fundação C.S. Mott) e ao BRICS Policy Center, bem como às seguintes pessoas pelo apoio, revisão e comentários sobre este relatório: Maria Elena Rodriguez, Ph.D; BRICS Policy Center; Rebecca Ray, Ph.D, pesquisadora acadêmica sênior do Global Development Policy Center da Universidade de Boston; Theodoros Chronopoulos, oficial de programa da Fundação C.S. Mott; Ryan Schlieff, diretor executivo do International Accountability Project; e Elana Berger, diretora executiva do Bank Information Center.

## Design e Fotografia

Luiz Segreto



# Sumário Executivo



**A Fundação C.S. Mott apoiou uma reunião de três dias em outubro de 2023, intitulada O Papel da China em uma Transição Energética Justa e Sustentável. O evento fez um balanço de quase 10 anos de apoio prestado pela fundação a instituições acadêmicas e à sociedade civil para abordar a crescente influência global do financiamento chinês ao desenvolvimento, especificamente na área de energia e infraestrutura.**

O encontro foi organizado em parceria com o BRICS Policy Center, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Este relatório fornece uma visão geral dos principais resultados do evento público e da reunião fechada de dois dias. Informações resumidas das apresentações compartilhadas no evento público são incluídas, bem como discussões de reuniões, lições aprendidas, lacunas e desafios, e um anexo de banco de dados, políticas e ferramentas educacionais preparadas e divulgadas pelos parceiros da Mott.

Um total de 27 representantes, bolsistas e consultores da Mott de todo o mundo trouxeram um conjunto diversificado de experiências e disciplinas para as reuniões e contribuíram com seus respectivos conhecimentos. Especificamente, os participantes foram pesquisadores baseados em universidades, especialistas em políticas globais e regionais e defensores locais com décadas de experiência de campo.

O evento usou um exercício de hexágono de contação de histórias para explorar as experiências individuais das organizações e tirar conclusões relacionadas a estratégias eficazes, oportunidades, desafios e lacunas, bem como lições aprendidas. Além disso, os participantes debateram uma visão para a mudança de políticas e sistemas, juntamente com a evolução do movimento para acompanhar o papel da China em uma transição energética global que seja justa e sustentável.

# A visão: O que queremos?

## Mudança de Política



1. As instituições financeiras reduzem danos e fornecem soluções para os impactos ambientais e sociais do projeto.
2. Decisões estão centradas nas comunidades e com suas necessidades levadas tão a sério quanto outros fatores.
3. A segurança para defensores de políticas e líderes comunitários é priorizada.
4. A liderança chinesa em finanças para uma transição justa inclui o avanço da energia solar, o consentimento livre, prévio e informado das partes interessadas e o apoio a zonas sensíveis em que desenvolvimento não pode chegar (no-go zones) para proteger a biodiversidade e os sistemas naturais vulneráveis.

## Mudança de Sistemas



1. O financiamento global de energia é democratizado para permitir uma transição energética significativa.
2. As políticas e práticas de produção e consumo, principalmente nos países do Norte Global, mudam para apoiar uma transição justa.

## Evolução do Movimento



1. Os movimentos de reforma financeira são fundamentados em comunidades impactadas pelo desenvolvimento de energia e infraestrutura.
2. A sociedade civil é forte e coordenada geograficamente e fora dos silos. As políticas de transição justa estão integradas nas agendas verde e trabalhista.
3. A diversidade nos movimentos de transição justa, incluindo atores chineses, é promovida e alcançada.
4. As alianças se fortalecem para aumentar a segurança dos defensores.

## Antecedentes

Em 2014, o Conselho de Curadores da Fundação C.S. Mott aprovou um novo Plano do Programa de Meio Ambiente, Estratégias para a Sustentabilidade 2015-2025. Esse programa incluiu o reconhecimento do mundo multipolar emergente do financiamento do desenvolvimento internacional e do financiamento do desenvolvimento nacional no exterior por bancos de políticas liderados pela China e pelo Brasil. O plano do programa preservou o foco histórico na sustentabilidade ambiental e social do financiamento do desenvolvimento em seu portfólio global e regional do Transformando Finanças de Desenvolvimento (Transforming Development Finance) e também previu o desenvolvimento de estratégias de concessão de bolsas para abordar a sustentabilidade social e ambiental de novos atores financeiros do desenvolvimento na época – China e Brasil. Nos últimos oito anos, o mundo multipolar do financiamento internacional do desenvolvimento previsto pela Fundação

Mott tomou forma, com o surgimento do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, o Novo Banco de Desenvolvimento do Brasil, Rússia, Índia, África do Sul e China, conhecido como BRICS, e o financiamento no exterior pelo Banco de Desenvolvimento da China, o Banco de Exportação e Importação da China, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em Brasil. Esses bancos espelham aproximadamente as instituições de Bretton Woods lideradas pelo Grupo Banco Mundial (GBM, World Bank Group) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI, International Monetary Fund) e incluindo os bancos regionais na África, Ásia, Europa e Américas. Estabelecidas para a reconstrução após a Segunda Guerra Mundial, as instituições de Bretton Woods seguem uma regra tácita que dá liderança e poder de decisão aos Estados Unidos no GBM e à Europa no FMI.

## Os encontros

Em 2023, a Fundação Charles Stewart Mott apoiou a organização e a realização de um seminário de três dias intitulado O Papel da China em uma Transição Energética Justa e Sustentável com parceiros da sociedade civil e da academia mundial.

### Os objetivos dos encontros foram:

01



Compartilhar lições de diversas estratégias que visam responsabilizar os investimentos chineses no exterior em energia e infraestrutura de acordo com os princípios e práticas ambientais e climáticas, de proteção social e transparência.

02



Fortalecer a comunidade emergente de organizações que trabalham em torno dos investimentos chineses em infraestrutura na América Latina e conectá-la às redes.

### O seminário começou com um evento público no dia 3 de outubro na Pontifícia Universidade Católica. Foram convocados três painéis:

O primeiro painel de abertura contou com palestras de boas-vindas de representantes da Fundação C.S. Mott, do reitor da Pontifícia Universidade Católica, da diretoria do BRICS Policy Center e do Consulado da China no Rio de Janeiro.

O segundo painel preparou o palco sobre a importância das finanças chinesas na transição energética com apresentações de Rebecca Ray, Ph.D, economista do Global Development



03



Aprofundar a compreensão do papel das instituições-chave da China e na transição energética.

04



Explorar os desafios atuais e as oportunidades de impacto nos próximos 5-10 anos.

Policy Center da Universidade de Boston, e Maria Elena Rodriguez, Ph.D, pesquisadora e coordenadora do BRICS Policy Center da Pontifícia Universidade Católica do Rio. Líderes da sociedade civil da América Latina e da Ásia foram apresentados em um terceiro painel e se concentraram nas perspectivas da sociedade civil sobre a influência do financiamento de projetos chineses no exterior.

As reuniões de 4 e 5 de outubro foram fechados ao público e foram observados as regras da Chatham House para incentivar o diálogo franco e aberto. Um total de 27 representantes de organizações parceiras da Mott sediadas na América Latina, Ásia, Europa e Estados Unidos trouxeram um conjunto diversificado de experiências e disciplinas para a reunião.



## O Evento Público, 3 de outubro de 2023

Mais de 100 estudantes universitários, professores, líderes e defensores da sociedade civil e representantes do Consulado Geral da China participaram do evento realizado no Teatro Anchieta, na Pontifícia Universidade Católica.

### Participantes do Painel de Boas-vindas

Professor Rogério Werneck, Reitoria da Universidade, Dra. Isabel Siqueira, Diretora do BRICS Policy Center, Xu Yuansheng, Cônsul Comercial da China, e, Neal Hegarty, Vice-Presidente de Programas da Fundação C.S. Mott. Dra. Maria Elena Rodriguez moderou.

### Drs. Rogério Werneck e Isabel Siqueira

Os representantes da universidade deram as boas-vindas aos participantes e falaram sobre a missão da instituição. Conhecida como PUC-Rio, a instituição foi fundada em 1940 como instituição de ensino superior privada no Brasil. A PUC-Rio valoriza a assistência à comunidade, baseada em valores éticos cristãos, na solidariedade e no respeito humano. Representa um espaço de realização, superação de desafios e desenvolvimento de seus alunos. Recebe estudantes, funcionários, professores, pesquisadores e administradores de todas as religiões, nacionalidades, etnias e classes sociais.

Tem como foco o desenvolvimento filosófico e teológico, bem como o conhecimento acadêmico e científico.

### Dr. Xu Yuansheng, Cônsul Comercial da China

O Dr. Yuansheng destacou o crescimento e a profundidade da relação econômica China-Brasil, com implicações para diferentes partes da cadeia de valor. Ele destacou que, desde 2009, o país se consolidou como principal parceiro comercial do Brasil.

A relação comercial entre Brasil e China é marcada pela interdependência. A interconexão econômica é um elemento crucial no cenário global, e o futuro dessa parceria depende de uma abordagem colaborativa comprometida com o diálogo. Ele lembrou os inúmeros memorandos de entendimento e acordos de cooperação assinados entre os dois países, fortalecendo cada vez mais a parceria estratégica.

Do lado financeiro, destacou as parcerias do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e seus escritórios em Brasília e São Paulo, mas também a forte presença do Banco de Desenvolvimento da China para financiamento de setores como infraestrutura, energia, manufatura, petróleo e gás, agricultura e mineração. Ele destacou a importância do sistema BRICS (originalmente Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) como um bloco crescente de países interessados em financiar a próxima geração de crescimento econômico. A cooperação no contexto dos BRICS oferece uma plataforma promissora para o desenvolvimento conjunto e a resolução de questões globais. Ele destacou o crescimento dos Brics em 2023 – com vários outros países se juntando ao grupo.

## **Neal Hegarty, Vice-Presidente de Programas, Fundação C.S. Mott**

O Sr. Hegarty discutiu o interesse de longa data da Fundação em desenvolvimento sustentável e finanças, que remonta à década de 1980. Ele observou que a Fundação "reconheceu, então, como agora, que as instituições financeiras internacionais são importantes impulsionadores da política e da prática de desenvolvimento internacional. Na década de 1980, organizações da sociedade civil estavam engajadas com instituições como o Grupo Banco Mundial. Ao longo das décadas, essa arquitetura se expandiu para incluir instituições mais novas, como o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, ambos liderados pela China. Esses bancos de política de desenvolvimento emergiram como líderes importantes dentro da arquitetura financeira internacional."

Hegarty reconheceu que a pobreza persistente, as mudanças climáticas e a perda de diversidade biológica são problemas desafiadores que exigirão cooperação e abordagens multilaterais. Ele pediu aos participantes que concentrem recursos, experiência e influência política para serem parte da solução para esses problemas sistêmicos, em vez de parte do problema.

O Sr. Hegarty concluiu reconhecendo as décadas de trabalho para influenciar políticas públicas combinada e experiência jurídica presentes na sala. Ele elogiou os participantes por serem líderes no campo e por ajudarem a trazer salvaguardas sociais e ambientais fortalecidas, maior transparência, participação pública e prestação de contas. Ele instou o grupo a continuar seus esforços para moldar o financiamento do desenvolvimento responsável e sustentável.

## **Participantes do Painel Acadêmico**

Rebecca Ray, economista Ph.D do Global Development Policy Center, Universidade de Boston, e Maria Elena Rodriguez, Ph.D coordenadora do BRICS Policy Center, Pontifícia Universidade Católica do Rio. Moderadora: Traci Romine, consultora da Fundação C.S. Mott.

O Novo Banco de Desenvolvimento foi fundado em 2014 durante uma cúpula do bloco político BRICS -- Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Seu documento de estratégia afirma que "o NBD é um banco multilateral de desenvolvimento do século 21 que se baseia nas experiências de instituições existentes para desenhar políticas e práticas capazes de enfrentar os desafios colocados pelas tendências globais. A criação do Banco é uma expressão do papel crescente dos BRICS e de outros países emergentes e em desenvolvimento na economia mundial, e sua maior disposição de agir de forma independente em questões de governança econômica internacional e desenvolvimento."

O NBD faz parte de um sistema de bancos de política de Investimento liderados pela China que surgiu no início dos anos 2000 e inclui o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e, principalmente, os bancos nacionais de desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento da China e o Banco de Exportação e Importação da China. Esse sistema de instituições nacionais e financeiras espelha aproximadamente a arquitetura financeira de Bretton Woods, liderada pelo Grupo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, e pelos bancos regionais de desenvolvimento.

As estruturas de governança do NBD e do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura têm algumas diferenças em comparação com o Grupo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. As instituições financeiras internacionais no sistema de Bretton Woods são controladas por um sistema de votação ponderada em que os maiores acionistas, como os Estados Unidos, têm voz e poder descomunais. Tradicionalmente, o presidente do Banco Mundial é dos Estados Unidos e o presidente do FMI é da Europa. A governança do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) se alinha mais estreitamente com esse sistema. O sistema NBD é mais igualitário, com ações e votos distribuídos quase igualmente entre os Estados-membros. Esta governança é controlada pelos ministérios das Finanças dos Estados-Membros. As organizações da sociedade civil e as comunidades afetadas não se beneficiam com mais representatividade nessa estrutura porque muitas vezes têm menos acesso aos ministérios das finanças do que aos órgãos governamentais que trabalham com meio ambiente, trabalho, cultura etc.

Desde que foi lançado em 2015, o NBD expandiu o número de membros e assentos em seu conselho de administração para Egito, Bangladesh e Emirados Árabes Unidos. Entre os possíveis membros, de acordo com o site do NBD, está o Uruguai, que foi aprovado e se tornará membro assim que o país depositar seu instrumento de adesão. A ex-presidente brasileira Dilma Rousseff é a atual presidente do NBD. Seu mandato termina em 2025.

A Dra. Ray enquadrou sua apresentação em torno de cinco "provocações" ou afirmações que propôs para envolver a China em uma transição energética justa na América Latina. Após a reunião, ela publicou um conjunto mais detalhado de propostas em um relatório intitulado "How to Stop a Boom from Busting: A Policy-Oriented Research Agenda for Capitalizing on China's Demand for Transition Materials in Latin America".

## **Provocação 1**

Não há transição energética sem o Sul Global.

Os países em desenvolvimento abrigam algumas das áreas mais potentes do mundo para a geração de energia renovável e as matérias-primas necessárias para que a tecnologia aproveite essa energia. Isso representa um desafio para os países da América Latina e do Caribe (ALC), que demoraram a se engajar e a tomar medidas urgentemente necessárias para a transição energética.

A China responde por pelo menos três quartos de cada etapa de todas as cadeias de suprimentos fotovoltaicos e tem investido pesadamente em energia eólica. Na última década, a China se afastou do investimento em empresas de combustíveis fósseis. Os investimentos internos na transição energética dentro da China estão muito à frente de muitos outros países.

## **Provocação 2**

Não há transição energética mundial sem a China.

## **Provocação 3**

A relação China-Sul é fundamental.

Especialmente considerando o Investimento Estrangeiro Direto (IED) chinês na América Latina e Caribe (ALC). A China tem essa região como seu ponto focal para o investimento em energia, particularmente em energia solar, eólica e hidrelétrica.

Os objetivos políticos de longa data dos países em desenvolvimento de economias diversificadas, justas e sustentáveis são mais importantes do que nunca como guias para os formuladores de políticas globais. Pesquisadores, formuladores de políticas e financiadores devem ser pressionados a evitar silos. Uma transição justa requer um compromisso sério com considerações econômicas, políticas, sociais e ambientais.

## **Provocação 4**

Não há transição energética justa sem liderança do Sul.

## **Provocação 5**

A colaboração é fundamental para uma transição energética justa.

Nós (ou seja, universidades, ONGs e indivíduos interessados) precisamos trabalhar juntos. Uma transição energética justa que respeite as normas de responsabilidade e transparência exigirá colaboração e pressão coordenada de todo o mundo, Norte e Sul. Novas políticas, como o acordo de Escazú, nos dão ferramentas para essa colaboração.

## **Dra. Maria Elena Rodriguez, BRICS Policy Center**

A Dra. Rodriguez apresentou os resultados de sua pesquisa:

- A ALC é a região com as maiores fontes de energia renovável, mesmo reconhecendo as limitações e os danos potenciais dos projetos hidrelétricos. As emissões são relativamente pequenas em comparação com o resto do mundo.
- Ao mesmo tempo, a América Latina é uma região de contradições: apesar dos grandes avanços na implementação de fontes renováveis de energia, os países latino-americanos ainda utilizam gás e carvão, além de subsidiar hidrocarbonetos. A maioria dos países da região continuam a buscar novas fontes de petróleo e gás, independentemente de onde seus governos se enquadram no espectro político.
- Embora a China desempenhe e virá a desempenhar um papel importante no financiamento da transição energética, os Estados-nação desempenham um papel central. Isso significa que há oportunidades críticas não exploradas para engajar os países latino-americanos na democratização do acesso à energia.
- As empresas chinesas e o investimento estrangeiro direto chinês dominam atualmente o mercado de energia renovável na América Latina, superando a participação de empresas europeias e norte-americanas. Os investimentos de empresas privadas chinesas em energia renovável são imensos e crescentes. Empresas americanas e europeias cederam essencialmente esse espaço.
- A América Latina é uma fonte crítica de materiais fundamentais para a transição energética, incluindo itens básicos como cobre e lítio, bem como muitos outros metais de terras raras. Isso poderia dar aos países da ALC espaço de negociação, mas se esse espaço não for reivindicado, relegará a região à atividade econômica extrativista. A China pode ser um aliado nisso para a ALC.



## **Painel 2: Visão da Sociedade Civil**

### **Participantes**

Roberto Kishinami, diretor do programa de energia do Instituto Clima e Sociedade; Mark Grimsditch Bo, especialista em China da Inclusive Development International; Maia Seeger, diretora executiva da Sustentarse, no Chile.  
Moderadora: Paulina Garzon, fundadora da Latinoamérica Sustentável.

O Sr. Kishinami forneceu contexto e história para a relação China-América Latina e, particularmente, para a relação China-Brasil. Ele enfatizou os desafios de avançar com uma transição energética em países com altos níveis de pobreza e desigualdades. Ele também encorajou uma análise estrutural da relação China-ALC no longo prazo, em vez de olhar para projetos individuais. Em comparação com o longo legado das abordagens coloniais dos Estados Unidos e da Europa para o investimento na América Latina, os investimentos chineses oferecem oportunidades se os países forem capazes de capturá-los e negociar além do escopo de um determinado governo.

### **Questões levantadas**

- Reconhecer a importância estrutural do engajamento chinês na América Latina, soft power exercido em horizontes de longo prazo.
- Reconhecer a intersecção das metas de transição energética com problemas de desenvolvimento, pobreza e iniquidades.
- Uma transição verde inserida na economia industrial requer um forte consenso social e político. Não é viável tomar decisões e recuar no ano seguinte. A relação com Pequim exige um quadro de longo prazo.
- Reconhecer que a relação de investimento com os Estados Unidos e a Europa está profundamente enraizada em atitudes coloniais, incluindo o uso da ALC para transferir tecnologia e indústrias desatualizadas. A China tem um histórico melhor nisso, por exemplo, a fábrica de carros elétricos onde ficava a fábrica da Ford na Bahia.
- Reconhecer iniciativas que já existem, como por exemplo crescimento de energia renovável no Nordeste, hidrogênio verde na área industrial.

O Sr. Bo enquadrou sua apresentação em torno de sinais positivos e oportunidades relacionadas ao Investimento Estrangeiro Direto Chinês e à transição energética, moderado por cautelas sobre sérios desafios que permanecem.

### **Os sinais positivos incluem**

- A China se comprometeu a não mais construir energia industrial a carvão no exterior – embora pareça, em alguns casos, isso não se aplica à energia a carvão em complexos industriais.
- Há uma aparente mudança nos bancos chineses para criar e aplicar políticas ambientais internas mais detalhadas aos seus financiamentos, e diretrizes estatais que as empresas e bancos são incentivados a seguir. Esta mudança é um processo

contínuo e exigirá monitoramento para garantir que não seja apenas um processo adicional sem impacto no terreno.

- Ecoando a discussão no primeiro painel acadêmico – as empresas chinesas geralmente enfatizam o cumprimento das leis nacionais, portanto, fortalecer as leis do país anfitrião é uma prioridade.

### **Os desafios permanecem, incluindo:**

- Dificuldade de comunicação com o governo e empresas chinesas: diferenças de país para país, projeto para projeto. Não há canais de comunicação padrão com empresas chinesas. Há necessidade de formalizar canais de comunicação entre a população afetada e as empresas.

- Os projetos de transição energética trazem oportunidades e riscos – para mitigar riscos, o governo chinês poderia investir em capacitação, consultas públicas etc.

- As políticas de salvaguarda e transparência que os grupos têm usado com sucesso frente as instituições financeiras multilaterais (incluindo bancos envolvidos com a China, como o Novo Banco de Desenvolvimento) não se aplicam aos bancos estatais chineses, como o Banco de Desenvolvimento da China. São necessários novos canais de engajamento.

A Sra. Seeger se concentrou em um estudo de caso sobre o papel da China na transição energética chilena. Começou por reconhecer a longa trajetória de envolvimento da China com o Chile, que data do estabelecimento de relações diplomáticas em 1970, do Acordo de Livre Comércio China-Chile em 2006 e da importância da relação comercial China-Chile – com o Chile fornecendo principalmente matérias-primas: minérios (cobre, lítio, etc.); frutas; e celulose, todos com baixos níveis de processamento e a China fornecendo bens de alta tecnologia, como computadores e equipamentos de transporte. O Chile é o centro financeiro da China na ALC, com filiais autorizadas de 3 bancos chineses.

A Sra. Seeger observou a abordagem prospectiva do Chile em relação à energia renovável, tornando-o um líder na América Latina. Energia limpa, incluindo projetos hidrelétricos de grande escala e desenvolvimento de hidrogênio verde figuram com destaque no acordo bilateral China-Chile 2019-2022. Como parte desse trabalho, a China também investiu em linhas de transmissão, transferência de tecnologia e transporte público usando veículos elétricos. Apesar de muitos passos positivos, há casos notáveis de conflitos socioambientais que emergiram dos investimentos chineses no Chile.

### **No segmento de discussão, várias outras questões emergiram:**

- As partes interessadas precisam definir o que se entende por "transição energética justa" e por "renováveis". Por exemplo: a biomassa é uma parte controversa, mas importante, da discussão sobre a transição energética. Atualmente, não faz parte das negociações formais entre os países, mas poderia ser (devidamente gerenciado, apoiado e regulamentado) uma peça do quebra-cabeça. Além disso, a energia hidrelétrica, embora muito importante para a geração de eletricidade em muitos países da América Latina, poderia ter seu potencial

maximizado na sua curva de custo-benefício e tem mostrado impactos negativos significativos no meio ambiente, na qualidade de vida das comunidades indígenas e impactadas. Questões semelhantes surgem em torno do hidrogênio verde.

- Vários palestrantes observaram que as empresas chinesas aderirão às normas locais, enfatizando a importância da atuação nacional para fortalecer essas normas e a implementação das leis existentes.

- A China está negociando rapidamente acordos comerciais diretos com muitos países da ALC. Isso poderia cimentar um patamar baixo para a transparência e a prestação de contas.

- Países em desenvolvimento necessitam de vincular a transição energética a uma agenda clara de desenvolvimento para evitar o risco de aumento das desigualdades.

- Atualmente, as entidades regionais que poderiam permitir que a América Latina negocie como um bloco, seja para moldar o caminho da transição energética ou para garantir os direitos humanos e as proteções ambientais, são fracas e não recebem prioridade dos governos nacionais.

- O Acordo de Escazú sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe é um passo na direção certa, mas requer mais vontade política para implementação.





## Reuniões fechadas de 4 a 5 de outubro

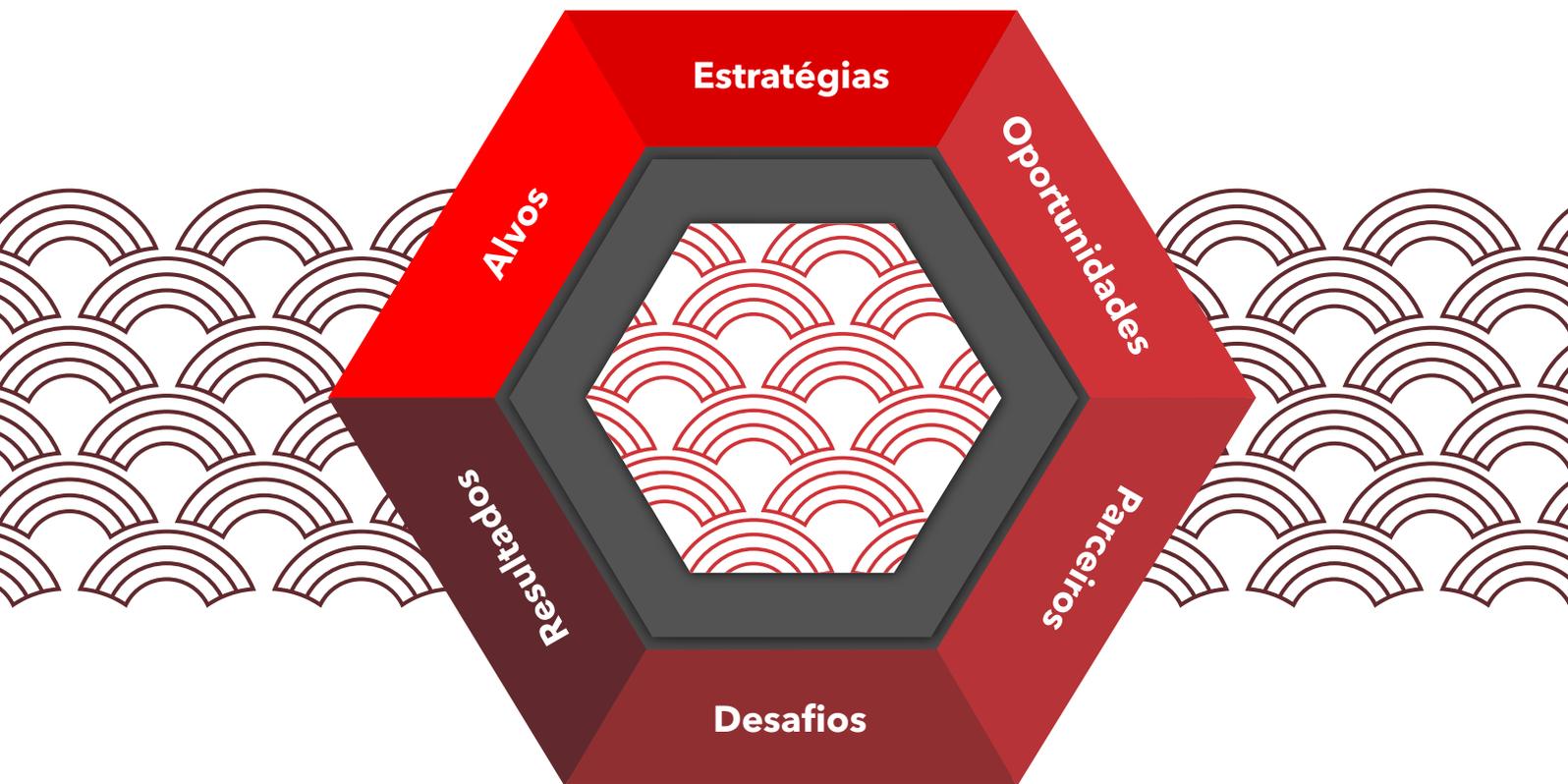
O papel da China em uma transição energética justa e sustentável

O evento foi realizado durante os dias 4 e 5 de outubro de 2023. Vinte e sete líderes e parceiros da Mott da academia e da sociedade civil da China, Ásia, Europa e América do Norte e do Sul participaram. A convocação observou as regras da Chatham House em que "os participantes são livres para usar as informações recebidas, mas nem a identidade nem a filiação do(s) orador(es), nem a de qualquer outro participante, podem ser reveladas".

Sessões plenárias e em pequenos grupos foram organizadas para mapeamento de hexágonos e contação de histórias para analisar estratégias, oportunidades, parceiros, desafios, resultados e metas dos bolsistas Mott. Esses exercícios de contação de histórias e discussões em grupo foram destilados, e lições aprendidas, lacunas e desafios, conclusões e recomendações foram identificadas.

### Mapeamento hexagonal-contação de histórias

Em grupos de cinco, os participantes compartilharam histórias sobre seu trabalho usando um hexagonal exercício de contação de histórias que ordenou as histórias em um formato compartilhado para análise posterior. Cerca de metade das histórias se concentrou em mudanças políticas, visando instituições chinesas e/ou outros espaços multilaterais. A outra metade se concentrou em projetos – principalmente esforços para parar, moldar ou remediar projetos problemáticos que incluíam financiamentos chineses. Coerentemente com as regiões da maioria dos participantes, as histórias destacaram 6 (seis) projetos na América Latina, 2 (dois) na Ásia e 1 (um) na África.



## Elementos da História

### **Estratégias/Alavancas de mudança**

O que você fez? Por que?

### **Oportunidades**

Portas que foram abertas para trabalhos futuros

### **Parceiros e aliados**

Quem foram os atores críticos?

### **Desafios/Bloqueios**

O que não funcionou?

### **Resultados e impactos**

O que aconteceu como resultado desse trabalho?

### **Metas**

Qual política, prática ou instituição foi alvo da ação?

## **Estratégias**

As histórias revelaram um conjunto diversificado de estratégias e alvos, que vão desde o engajamento com organizações de base e movimentos sociais até ações realizadas diretamente com instituições chinesas, bem como organizações intergovernamentais e governos anfitriões. As estratégias incluíram:

- Uma abordagem colaborativa interna em relação ao governo e instituições chinesas (usada com mais frequência por pesquisadores e universidades). Essa é uma abordagem de

longo prazo, que requer a construção de relacionamentos, sensibilidade cultural e confiança.

- Coleta de informações e documentação de projetos financiados pela China, construção de bancos de dados e plataformas web para análise de tendências políticas.

- Uso de processos internacionais, como processos das Nações Unidas, cúpulas e reuniões de bancos, biodiversidade e reuniões de comitês da Conferência das Partes (COPs) da convenção clima, para pressionar por diretrizes financeiras, salvaguardas mais fortes e melhores práticas de transparência e governança.

- Pressão através da redação de cartas e comunicação com consulados e ministérios de Pequim.

- Trabalhar com as comunidades afetadas para documentar e trazer evidências de impactos sociais e ambientais que pararam ou moldaram projetos emblemáticos.

- Engajamento com as autoridades nacionais para reforçar as leis e regulamentos nacionais relacionados aos requisitos ambientais e sociais de investimentos.

- Mídia e comunicação com informações relevantes e narrativas alternativas.

- Estratégias legais em países que hospedam investimentos chineses, incluindo tentativas bem-sucedidas de parar ou retardar projetos para alavancar políticas fortes.

## Instituições-alvo

Consistente com as estratégias, muitos grupos visaram salvaguardas mais fortes, diretrizes de financiamento e limitações ao financiamento de combustíveis fósseis em instituições multilaterais chinesas ou lideradas pela China, com alguns trabalhos emergentes envolvendo câmaras de comércio e associações profissionais na China que estabelecem padrões para seus membros.

Os grupos que trabalham na América Latina se concentraram principalmente em seus próprios governos – pressionando governos nacionais e subnacionais em lugares onde os investimentos estão ocorrendo – com o objetivo de fazer com que as leis locais que protejam o meio ambiente e garantam a transparência e a prestação de contas sejam mais fortes e mais bem implementadas. Os grupos que trabalham no nível dos projetos também identificaram as comunidades como um alvo – para se tornarem mais bem informadas sobre investimentos em infraestrutura e energia, bem como sobre seus próprios direitos em relação a esses projetos.

Alguns participantes adotaram uma abordagem mais oblíqua – engajando-se com investimentos chineses no contexto de espaços multilaterais, como as Nações Unidas e tratados globais que poderiam moldar ou limitar investimentos em energia e infraestrutura.

## Principais conclusões: estratégias e metas

- O grupo observou que Pequim quer ser reconhecida como um bom ator global. Em geral, os investimentos chineses tentam evitar a exposição negativa. Isso sugere que o uso de campanhas de risco reputacional pode ser eficaz.

- A abordagem da política externa de Pequim está focada na cooperação multilateral e no respeito à soberania. Como os investimentos chineses no exterior estão sujeitos às leis e regulamentos locais dos países que hospedam os investimentos, vários participantes sugeriram que a atuação em relação aos governos nacionais, possivelmente incluindo litígios estratégicos, deveria ser uma abordagem estratégica mais proeminente.

- Em alguns países, há uma falsa narrativa generalizada de que não há diálogo possível com Pequim, que não há canais de comunicação, mas através das histórias vemos que o diálogo está ocorrendo, embora com lacunas. O diálogo técnico com os atores chineses aumentou, mas o diálogo político com Pequim é relativamente fraco.

- Os participantes destacaram a necessidade de troca constante de informações sobre o que está ou não funcionando, mesmo sendo muito caro realizar eventos presenciais.

- Várias histórias apontaram a inter-relação entre as experiências e a importância de compreender o crescente corpo de trabalho ao longo do tempo, observando que os fracassos podem ser passos necessários para alcançar o sucesso em muitas iniciativas.

## Diálogo com o Banco de Desenvolvimento da China no Brasil – Falha ou Trabalho em Processo

Os pesquisadores descreveram um esforço frustrado para envolver o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) em um diálogo sobre padrões de empréstimos verdes para a Iniciativa Cinturão e Rota. Após a frustração inicial com a falta de resposta, os pesquisadores optaram por um "trabalho de fundo silencioso" para construir confiança mútua e estabelecer parcerias e conexões no Banco. Em um esforço para construir apoio político para ações futuras, um relatório recomendando que o CDB desenvolva e implemente salvaguardas para suas políticas de investimento foi enviado a todas as embaixadas chinesas na América Latina. Embora ainda não tenha havido resposta oficial do banco, várias embaixadas informaram que enviaram o relatório ao banco. Os pesquisadores esperam que esse esforço inicial fracassado de diálogo ainda possa resultar em mudanças políticas ao longo do tempo.

## Parceiros e aliados

As histórias evidenciaram as relações que diversas organizações participantes têm entre si, e as coalizões que começaram a surgir reunindo pesquisadores, defensores e comunidades afetadas. No entanto, o grupo também refletiu sobre a relativa escassez de recursos para esse trabalho, o que pode impactar negativamente a capacidade de acompanhamento dos grupos locais. Houve uma discussão vigorosa sobre como fortalecer e apoiar os grupos já atuando no campo que estão enfrentando enormes disparidades de poder.

## Quem precisa fazer parte desse trabalho (mas não está aqui)?

**1.** Os participantes apontaram que as pessoas afetadas pelos investimentos não participaram deste encontro, nem estão adequadamente representadas no movimento geral por uma Transição Energética Justa e Sustentável.

**2.** Os participantes compartilharam preocupações de que os financiadores estão hiper focados na transição climática e energética, mas podem estar deixando as questões socioambientais para trás. Vários participantes pediram aos financiadores e ONGs que estejam cientes de empoderar vozes e experiências diversas.

## Hiper foco em clima e energia pode deixar comunidades para trás

As ONGs e financiadores devem aceitar a importância da equidade e a necessidade de garantir a participação da comunidade nos processos de tomada de decisão. Especificamente, os impactos dos projetos de energia verde nas comunidades são frequentemente ignorados. Maiores conexões entre grupos focados em clima e energia no norte global e grupos comunitários no sul global são necessários para quebrar silos e aumentar o trabalho conjunto em uma transição sustentável.

### Atores importantes

- Os profissionais de mídia precisam remediar a escassez de informações que o público recebe sobre as finanças chinesas e a transição energética de forma ampla.
- Pesquisadores chineses e organizações não governamentais – algumas colaborações foram produtivas com grupos na reunião, mas o envolvimento direto entre ONGs dentro e fora da China pode rapidamente se tornar politicamente carregado e até perigoso.
- As organizações indígenas e seus movimentos são particularmente importantes em países onde estão protegendo ativamente terras críticas para a estabilidade climática.
- Economistas para calcular e comunicar os custos da transição energética sem que esses custos sejam usados como bode expiatório para que essa transição não aconteça.
- Grupos ambientalistas e financiadores muitas vezes estão hiper focados no clima, mas não abraçaram totalmente a importância da equidade e de uma transição justa.
- Grupos trabalhistas e de direitos dos trabalhadores.

### Oportunidades

As histórias sinalizaram várias oportunidades para fortalecer as finanças e a responsabilidade chinesas sustentáveis e justas que se abriram nos últimos anos, incluindo:

- As relações entre universidades dentro e fora da China são mais fortes. Os bolsistas Mott, incluindo a Universidade de Boston e o BRICS Policy Center, desenvolveram relacionamentos de longo prazo com universidades e pesquisadores chineses.

## Desafios Trabalhistas-Direitos Humanos

Grupos que monitoram projetos na África descreveram como projetos chineses no exterior, especialmente infraestrutura, podem contratar trabalhadores chineses e excluir mão de obra local. Além da perda de oportunidades de emprego em países em desenvolvimento, ONGs documentaram casos de abuso e exploração sexual.

Em outros países (como o Chile), a legislação nacional favorece a contratação de trabalhadores locais para empregos pouco qualificados, mas o governo geralmente acelera os vistos para estrangeiros altamente qualificados que trabalham em projetos ou lideram projetos. Por exemplo, o Chile está considerando remover a exigência de visto de trabalho para trabalhadores chineses como parte de um esforço para aumentar o investimento chinês no país.

Há universidades mais alinhadas com o governo e outras mais críticas.

- As relações com agências reguladoras chinesas e grupos de padrões profissionais são importantes porque estabelecem as "regras do jogo" para investimentos.
- Restam oportunidades para alavancar o crescimento na América Latina do engajamento de comunidades e defensores em países africanos e asiáticos que recebem investimentos chineses. É importante criar e/ou nutrir coalizões entre organizações sediadas em lugares impactados pelos negócios chineses.
- As oportunidades também permanecem para aprofundar a atuação nacional, a fim de fortalecer os padrões e as oportunidades de crescimento econômico sustentável em países que recebem financiamento de desenvolvimento chinês.

### Desafios e Lacunas

Houve um forte consenso de que o trabalho sobre o financiamento da China e sobre a Transição Energética Justa, de forma mais ampla, enfrenta uma miríade de desafios políticos e técnicos, juntamente com as assimetrias de poder que vêm com o desafio do status quo sobre investimentos em energia e infraestrutura.

**Esses desafios se dividem, em linhas gerais, em quatro categorias:**

## Categoria 1



### Contexto político e falta de vontade política

- a.** Definição comum de transição energética justa e sustentável para unir grupos.
- b.** Desconfiança e falta de confiança de ambos os lados: questão geopolítica.
- c.** A cobertura da grande mídia nos EUA, na Europa e em outros lugares, que é uniformemente crítica à China, complica as relações mais sutis com as organizações da sociedade civil. Pouca informação e falta de transparência e comunicação com os atores chineses.
- d.** Divisões internas entre comunidades que recebem projetos chineses e defensores que buscam salvaguardas mais fortes, já que as empresas chinesas oferecem trabalho.
- e.** Falta de compreensão, fora da China, da cultura e normas chinesas.
- f.** Os governos latino-americanos têm usado o financiamento chinês para projetos que não atenderiam aos critérios dos bancos multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Mundial, apoiando assim uma corrida para o fundo do poço dos padrões sociais e ambientais.

## Categoria 2



### Assimetrias de poder e informação

- a.** Assimetria entre atores: comunidades, acadêmicos, governo. Grupos privilegiados podem acessar dados e informação mais facilmente para monitorar informações de investimento da China.
- b.** Os "silos" das organizações globais do Norte bem financiadas criam miopia e foco único. Pode muito facilmente criar zonas de sacrifício ambientais e comunitárias.
- c.** A defesa eficaz de projetos pode exigir informações e evidências técnicas muito específicas.
- d.** Desequilíbrio de capacidade em diferentes regiões. As redes da sociedade civil na África para trabalhar nessas questões são muito mais fracas do que na América Latina e na Ásia.

## Categoria 3



Mais informações são necessárias, desde o conhecimento mais básico das instituições, atores e normas culturais chinesas por parte das comunidades e defensores locais até necessidades de informação mais especializadas, tais como:

- a.** Informações técnicas sobre investimentos.
- b.** Compreensão/capacidade de se aprofundar em contratos de investimento e contratos de serviços complicados.
- c.** Caminhos culturalmente informados para alcançar instituições e tomadores de decisão chineses.

## Categoria 4



### Limites ao espaço cívico

- a.** Acadêmicos dedicados a estudos sobre China e Transição Energética nem sempre podem criticar ou questionar o governo e as empresas chinesas justamente por serem acadêmicos.
- b.** Diminuição do espaço para ONGs em todo o mundo e desde 2016 na China. Isso limita a pesquisa, a defesa e a pressão realizadas por organizações estrangeiras para ajudar as ONGs chinesas em suas demandas perante o governo.
- c.** Risco de fechamento do espaço cívico na América Latina com o crescimento do poder da extrema direita em vários países.
- d.** As restrições do espaço cívico em muitos países podem privilegiar os grupos do Norte, dando-lhes mais capacidade de influenciar os espaços políticos, o que destaca novamente a necessidade de os grupos ambientais do Norte abraçarem as necessidades das comunidades locais.
- e.** Há poucas ONGs chinesas trabalhando em investimentos no exterior e esse trabalho exige que elas estejam próximas do governo e tenham diálogo.
- f.** Não é realista pensar que as comunidades enfrentarão diretamente os investimentos chineses. É necessária a criação de estruturas de apoio que conduzam a uma maior transparência e a melhores resultados para o desenvolvimento financiado pela China.

## Reflexões para discussões futuras

- Quais são os méritos de buscar uma "reforma" ou uma abordagem incremental quando sabemos que o objetivo final é uma transformação mais radical do modelo de produção/energia? Como a reforma pode levar à transformação?
- Os participantes observaram que a uso simplificado de "comunidades" deve conter nuances para entender que a visão é para um modelo de desenvolvimento mais genuinamente participativo, embora reconheçam que uma comunidade não é um monolito e pode muito bem ter muitos pontos de vista divergentes sobre como fazer desenvolvimento ou mesmo como responder a um projeto ou danos.
- Os participantes reconheceram que as instituições financeiras de desenvolvimento (IFD) geralmente têm uma inércia considerável para sustentar o status quo.
- Como o trabalho de defensores e pesquisadores pode vincular os passos positivos que a China tomou na transição energética dentro da China (solar, etc.) com a responsabilização por ações fora da China?
- Como fazer a ponte entre as organizações "verdes" que estão focadas apenas na questão do clima e da energia e as questões de equidade social que devem ser consideradas para uma transição energética justa?



## Lições aprendidas

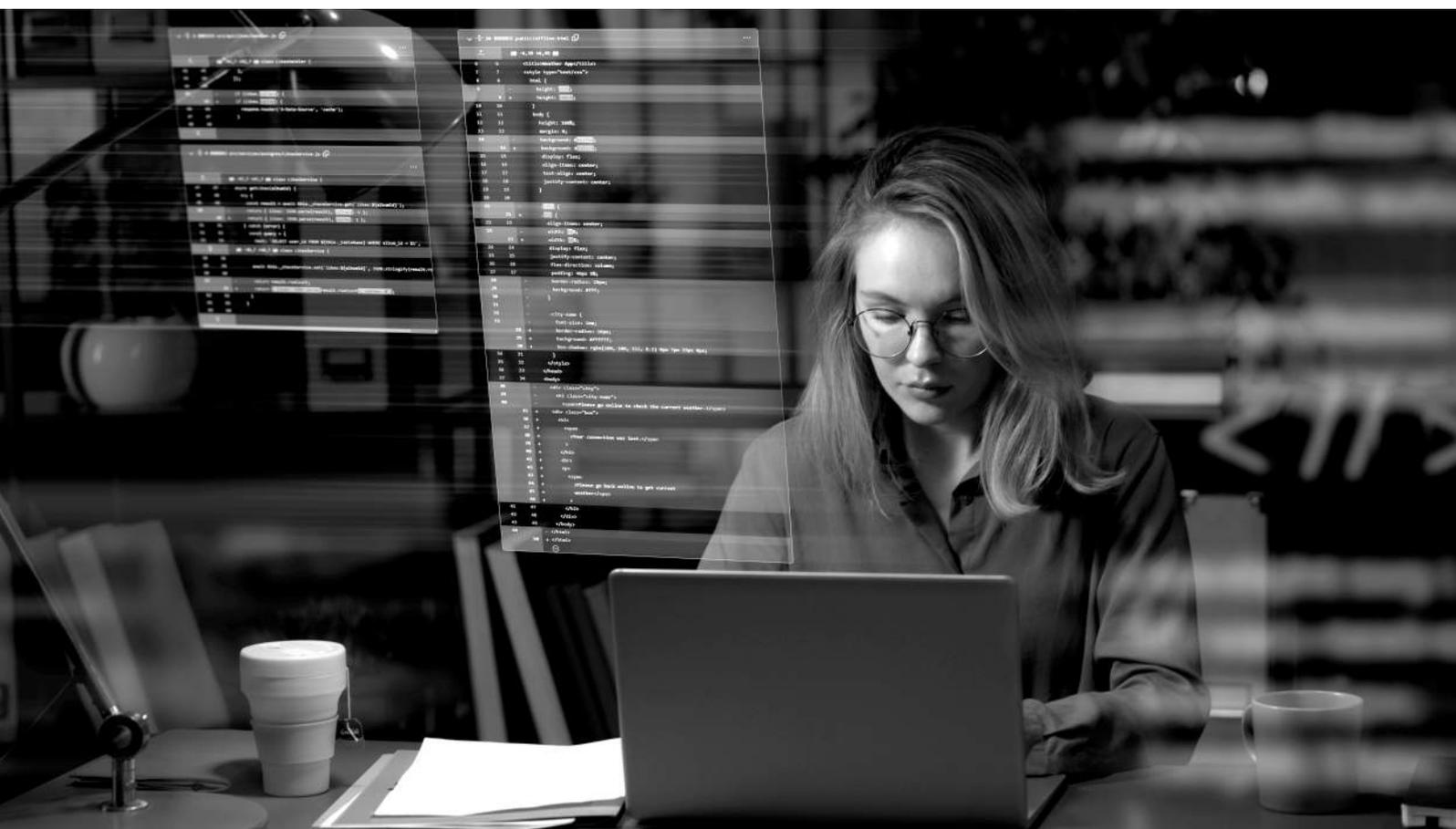
Essas lições foram destiladas das discussões ao longo dos encontros. As lições são específicas para a atuação em torno do financiamento do desenvolvimento em geral e das finanças chinesas no exterior especificamente.

- A China é crucial para uma transição justa e existem aberturas para atuação e influência em certos setores na China.
- As políticas dos países anfitriões são importantes, pois a China fará o que é requerido e não necessariamente o que é desejável.
- Ganhe alguns e aprenda alguns. Falhas iniciais podem informar sucessos futuros.
- A construção de relacionamentos de longo prazo de redes sólidas para estratégias de compartilhamento são importantes.
- Uma diversidade de atores é capaz de se envolver de diferentes maneiras.
- A atuação baseada em evidências dos impactos de políticas e projetos pode ser mais eficaz do que o confronto e os protestos públicos.
- As redes são importantes para vincular as evidências dos impactos dos projetos à atuação para mudar políticas públicas.

## Recomendações

Os participantes forneceram recomendações para a construção de estratégias, fortalecimento do campo e para informar as fundações sobre direções para a concessão eficaz de bolsas.

- Engajar a abordagem heterogênea (país por país) da China aos investimentos estrangeiros em energia e infraestrutura. As campanhas nos níveis nacionais e de projetos dos afetados serão vitais para segurar as mudanças necessários.
- Além disso, um foco nas próximas cúpulas e teatros políticos internacionais será um experimento importante e uma experiência de aprendizado para o uso da política internacional e arenas políticas para influenciar as políticas de investimento da China no exterior.
- O fortalecimento de redes com organizações de outras regiões será importante, particularmente para influenciar espaços multilaterais.
- E necessário treinamento e melhorar o conhecimento sobre a China entre a sociedade civil.
- A construção de confiança e de relacionamento, com redes que possam conectar ONGs chinesas com suas contrapartes em todo o mundo é fundamental.
- Seria útil uma conversa mais holística sobre consumo de energia, modelos de desenvolvimento e infraestrutura, equidade de poder na tomada de decisões, internalização de externalidades de projetos chineses em outros setores, como a agricultura.



## Anexo I: Ferramentas de base de dados e bibliografia

Os parceiros da Mott desenvolveram e cultivaram plataformas web e ferramentas de banco de dados na última década para promover a transparência e a prestação de contas, e para monitorar os fluxos financeiros e as tendências de instituições financeiras internacionais, incluindo Bretton Woods e bancos liderados pela China. As principais bases de dados geográficas de financiamento de projetos estão incluídas abaixo.

Os dados e as informações contribuem substancialmente para documentos de políticas e recursos educacionais. Uma bibliografia desses recursos está organizada em torno de áreas temáticas. Esta é uma breve seleção de relatórios recentes e recursos educacionais produzidos pelos participantes e convidados para o seminário. Ela serve como uma peça complementar ao relatório formal e às ferramentas de dados, fornecendo profundidade e referências para algumas das questões discutidas na reunião.

### Plataformas Web e Ferramentas de Banco de Dados

**Objetivo:** Promover a transparência e a prestação de contas e monitorar os fluxos e tendências financeiras internacionais.

#### [Accountability Counsel's Accountability Console](#)

Esse site acompanha os casos usando mecanismos de responsabilização. Atualmente, inclui apenas alguns casos para investimentos chineses devido à novidade do mecanismo de prestação de contas do AIIB, mas pode aumentar com o tempo.

## **América Latina Sustentável (LAS)**

Esta ONG foi originalmente hospedada pelo Centro de Informações Bancárias (BIC) e agora é uma organização não governamental estabelecida no Equador. Foi a primeira organização não governamental a compilar, traduzir e publicar diretrizes ambientais e sociais chinesas para investimentos no exterior que datam desde 2007. As diretrizes para bancos, empresas e setores evoluíram ao longo dos anos e estão disponíveis no site. Uma lista de bancos de dados que monitoram o financiamento chinês para o desenvolvimento no exterior em todo o mundo também pode ser encontrada em [latsustainable.org/en/base-de-datos-i](https://latsustainable.org/en/base-de-datos-i). Observe que a maioria dos recursos neste site estão incluído neste anexo.

## **Associação Meio Ambiente e Sociedad's Mapa de Investimentos Chinesas em América Latina**

Esta ferramenta fornece informações sobre projetos financiados pela China em energia, infraestrutura, água e saneamento, agro-indústria, mineração e extração de hidrocarbonetos na América Latina e no Caribe. Cada projeto é identificado por nome, setor, nomes das empresas que executam o projeto e do participante Chinês do projeto, entidades financiadoras e impactos comunitários e ambientais.

## **BRICS Policy Center, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, O Painel China**

O Painel China reúne, organiza e sistematiza dados sobre os investimentos chineses no Brasil e na região Pan-Amazônica, bem como os fluxos econômicos entre a China e a América do Sul. A plataforma tem como objetivo promover a transparência e o acesso à informação para aprofundar o conhecimento e a compreensão para avançar no debate sobre o desenvolvimento. O painel está organizado em quatro seções:

1. Investimentos no Brasil que foram executados ou estão em execução, excluindo os investimentos propostos.
2. Investimentos na grande Amazônia abrangendo nove países.
3. Fluxos econômicos na América do Sul, abrangendo fluxos financeiros de investimentos, cooperação e comércio bilateral entre a China e os países da América do Sul.
4. Mapa da influência chinesa na América do Sul de acordo com os fluxos financeiros.

Dados de sites governamentais e corporativos, bem como de instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial, foram fontes primárias de informação, apoiadas por fontes secundárias, como notícias nacionais e internacionais e bases de dados institucionais.

## **Fundação Meio Ambiente e Recursos Naturais (FARN)**

Grandes projetos de energia e infraestrutura na Argentina são monitorados em um banco de dados geográfico, [farn.org.ar/energia-e-infraestructura](https://farn.org.ar/energia-e-infraestructura), utilizando ferramentas econômico-financeiras. A FARN promove a transição para uma matriz energética de baixa emissão, ambientalmente responsável, acessível a todos os cidadãos e respeitando os direitos das comunidades. A FARN também mantém um banco de dados de [pedidos de liberdade de informação](#).

## **Global Development Policy Center at Boston University, (GDP Center)**

O GDP Center está empenhado em criar ferramentas de conhecimento abertos, acessíveis e abrangentes para tomadores de decisões políticos, jornalistas, pesquisadores e sociedade civil, estudantes e outros para explorar e extrair insights. O Centro do PIB lança bancos de dados autônomos que são atualizados anualmente ou bianualmente, bem como dados interativos que acompanham os trabalhos acadêmicos publicados.

[Análise de Dados para Transparência e Prestação de Contas \(DATA\)](#) é o lar de um conjunto de bancos de dados públicos interativos:

1. [Financiamento do Desenvolvimento no Exterior da China](#), um conjunto de dados geolocalizados de dados de projetos apoiados por financiamento soberano de instituições financeiras de desenvolvimento chinesas e sua proximidade com o território indígena, áreas protegidas nacionais e habitats críticos para biodiversidade.
2. [Empréstimos chineses à África](#), um conjunto de dados de finanças soberanas na África das estatais chinesas de desenvolvimento e instituições financeiras comerciais.
3. [Empréstimos chineses à América Latina e ao Caribe](#) (em colaboração com o Diálogo Interamericano).
4. [Financiamento Global de Energia da China](#), a data base do financiamento soberano global da China de instituições financeiras de desenvolvimento no setor de energia.
5. [A energia global da China](#) um conjunto de dados de usinas de energia globais com financiamento de desenvolvimento chinês ou investimento de capital, incluindo capacidade, tipos de combustível e emissões de carbono.
6. [Inventário de Finanças no Exterior da China](#) (em colaboração com o World Resources Institute).

## **International Accountability Project, Sistema de Alerta Antecipado (Early Warning System)**

O Sistema de Alerta Antecipado organiza, padroniza e resume o financiamento de projetos por instituições financeiras de desenvolvimento, usando um software liderado pela sociedade civil, chamado Nyali. O banco de dados é atualizado diariamente e contém mais de 25.000 investimentos avaliados em US\$ 2,8 trilhões propostos desde janeiro de 2016 e os papéis desempenhados por 10.000 atores privados.

A Equipe do Sistema de Alerta Antecipado compartilha com as populações próximas ao projeto proposto informações verificadas do banco de dados e facilita a troca de informações, conselhos, ferramentas e recursos entre as comunidades e as organizações que as apoiam.

O Sistema de Alerta Antecipado também rastreia os investimentos globais em energia, inclusive pelos bancos multilaterais liderados pela China. Este banco de dados do Energy Finance Tracker desempenhados de mais de 600 empresas e 14 bancos de desenvolvimento em mais de 160 países. O AIIB e o Novo Banco de Desenvolvimento estão incluídos nesse esforço.

## **Oil Change International, OCI Finanças Públicas para a Energia**

O OCI acompanha o financiamento anual de energia por bancos multilaterais de desenvolvimento, agências de crédito à exportação do G20 e instituições financeiras de desenvolvimento (IFD) do G20. A organização rastreia o financiamento de energia de instituições financeiras públicas no nível da transação. O banco de dados, em 2021, inclui 15.000 transações a partir de 2008 e totalizando US\$ 2 trilhões por bancos multilaterais de desenvolvimento.

Esses dados são provenientes principalmente de relatórios governamentais e institucionais em relatórios anuais, comunicados à imprensa, solicitações de liberdade de informação e bancos de dados de projetos de parceiros do OCI, incluindo bancos de dados do Centro de Políticas de Desenvolvimento Global da Universidade de Boston, e investigações da Solutions for our Climate (Coreia), Jubilee Australia e Urgewald (Alemanha).



## Relatórios e outros recursos

Os parceiros da Mott produzem análises importantes, documentos de políticas e recursos educacionais usados na defesa de políticas. Uma seleção desses recursos e links para acessá-los estão incluídos abaixo de acordo com a área em questão para o assunto.

### Financiamento de Bancos de Desenvolvimento da China

#### [Urgewald, Mesa China](#)

Esta organização não-governamental alemã produziu um conjunto de trabalhos que responsabiliza as instituições financeiras de desenvolvimento pelos impactos sociais e ambientais dos seus investimentos. Em seu trabalho sobre a China, Urgewald torna visível o financiamento de combustíveis fósseis por atores chineses. O China Desk do Urgewald analisa os padrões do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), liderados pela China; publica artigos sobre investimentos de fósseis ao longo da Rota da Seda, coopera na análise de investimentos do AIIB em Bangladesh, explica o papel da

China no negócio de carvão/petróleo e gás e explica quem está financiando o carvão chinês. The China Desk do Urgewald também publica e atualiza o útil Quem é Quem ([Who is Who](#)) no cenário institucional de empréstimos chinês.

O tutorial orienta para instituições financeiras chinesas, incluindo bancos públicos e comerciais. Estes três relatórios oferecem uma visão geral em linguagem simples para defensores e formuladores de políticas.

#### **Nº 1. Quem é quem:**

No cenário institucional de empréstimos chineses. (2020) (Também em russo e árabe)

#### **Nº 2. Quem é quem:**

Características básicas dos empréstimos chineses

#### **Nº 3. Quem é quem:**

Bancos Comerciais Chineses: Um Guia de ONGs (2022)

## Transição Energética Justa

### América Latina Sustentável (LAS)

A organização produz relatórios regulares sobre os investimentos chineses em energia e infraestrutura na América Latina. Um [Boletim de Julho de 2023](#) focou especificamente no papel da China na transição energética por meio de financiamento para mineração de lítio na Argentina, Bolívia e Chile.

### Global Development Policy Center

Este relatório de outubro de 2023, [How to Stop a Boom from Busting: A Policy-Oriented Research Agenda for Capitalizing on China's Demand for Transition Materials in Latin America](#), fornece dados e análises adicionais que informaram a apresentação de Rebecca Ray na reunião. Ele explora as lacunas de conhecimento dentro das tendências de pesquisa atuais sobre a forma que essas novas cadeias de suprimentos provavelmente assumirão e a aplicabilidade das lições políticas aprendidas durante os booms anteriores de commodities. O relatório é o resultado de um workshop de agosto de 2023 para o Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente nas Américas, organizado pelo Global Development Policy Center at Boston University, Centro de Estudos sobre a China e Asia Pacífico da Universidade do Pacífico e pelo Instituto de Nova Economia Estrutural da Universidade de Pequim.

**Acesse o relatório em espanhol:** [Capitalizando a demanda da China por materiais de transição da América Latina e Caribe: uma nova agenda de pesquisa toma forma | Global Development Policy Center \(bu.edu\)](#)

## Mecanismos de Prestação de Contas e Transparência

### Amigos da Terra

Produziu (em coligação com parceiros Banksand Biodiversity.org) uma série intitulada: Protegendo a Biodiversidade de Financiamentos Nocivos - Áreas Proibidas para o Setor Bancário Internacional. Essa crítica e conjunto de recomendações é direcionado a todos os bancos, inclusive aos chineses.

[Os artigos da série se concentram em porque os bancos devem respeitar as seguintes áreas:](#)

- a)** No Go (áreas em que desenvolvimento não pode chegar)
- b)** Áreas reconhecidas nacionalmente e internacionalmente;
- c)** Principais áreas de biodiversidade e habitats com espécies ameaçadas e endêmicas;
- d)** Florestas primárias e secundárias vulneráveis;
- e)** Rios de fluxo livre;
- f)** Ecossistemas marinhos e costeiros protegidos ou em risco;

**g)** Áreas onde o Consentimento Livre, Prévio e Informado não foi acordado pelos Povos Indígenas e comunidades locais; e

**h)** Ecossistemas icônicos e transfronteiriços.

## Derecho Medio Ambiente y Recursos Naturais (DAR) e a Pontifícia Universidade Católica del Perú, Instituto de la Naturaleza, Terra e Energia

Investigou o uso do [Acordo Regional](#) sobre Acesso a Informação, Participação Pública e Justiça em Assuntos Ambiental na América Latina e no Caribe, mais conhecido como Acordo de Escazú (em homenagem à cidade da Costa Rica onde foi adotado) para impor limites ao financiamento prejudicial.

**Acesse o relatório:** [El derecho Ambiental peruano y su adecuación al acuerdo de Escazú y los principios del buen gobierno](#) (2023)

## Inclusive Development International (IDI) e Accountability Counsel (AC)

Com outros parceiros, publicaram dois relatórios recentes relacionados com as finanças chinesas e os mecanismos de prestação de contas. Poderiam ser acessados aqui: <https://www.inclusivedevelopment.net/resources/>

**1.** Um Guia para um Novo Mecanismo de Queixas para a Indústria de Mineração com Ênfase nas Corporações Chinesas destaca um novo mecanismo de reclamação específico do setor para corporações chinesas no setor de mineração. Também disponível em espanhol, francês e indonésio.

**2.** Obstáculos à Responsabilização: Enfrentar a crise de acessibilidade na revisão do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura de sua população afetada por projetos Mecanismo pelo Recourse juntamente com AC e IDI explora lacunas e desafios de responsabilização no AIIB, tanto no financiamento de projetos como nos intermediários financeiros.

## Projetos e Financiamento de Projetos

Esta seção inclui visões gerais de projetos financiados pela China na Ásia e na América Latina que foram referenciados durante a reunião, bem como aprofundamento em alguns dos projetos específicos discutidos durante o encontro no Rio.

### BRICS Policy Center

Este relatório, [projetos-chineses-panamazonia.pdf](#), resume uma série de [fichas técnicas](#) que buscaram entender as tendências e a presença chinesa em cinco países pan-amazônicos: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Peru. Foi realizado um levantamento dos investimentos de empresas

chinesas e financiamentos de bancos chineses em cada um dos países, com destaque para os projetos localizados na região Pan-Amazônica, no período desde 2010 a setembro de 2022. Ao todo, foram mapeados 231 projetos que tiveram financiamento ou investimento chinês nos cinco países. O Radar na Transição é uma linha de pesquisa que vai acompanhar os avanços na transição energética no Brasil e em outras nações com fronteiras na Amazônia, bem como a participação de diferentes atores financeiros nesse processo.

**Acesse o relatório:** [Projetos Chineses nos Países Pan-Amazônicos: Comparações e Tendências](#)

## Connectas e International Accountability Project

Energia Eólica no Brasil – O Caso da Chapada do Araripe. Esse projeto de grande escala recebeu US\$ 67 milhões em financiamento do Novo Banco de Desenvolvimento via BNDES. Preocupações sobre impactos e riscos sociais e ambientais e [direitos das comunidades quilombolas locais](#) foram levantados. O relatório explora as políticas que norteiam a energia eólica no Brasil e a importância das diretrizes ambientais e da consulta à comunidade.

**Acesse o relatório:** [O Caso da Chapada do Araripe](#)

## Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR)

Líder de duas importantes coalizões, a Coalizão Regional para Transparência e Participação e o Grupo Regional de Financiamento de Infraestrutura, a DAR usou dados dos esforços de monitoramento da sociedade civil para produzir e divulgar este relatório sobre preocupações econômicas, ambientais e de direitos humanos em investimentos chineses na América Latina.

**Saiba mais:** <https://dar.org.pe/inversiones/>

## Fórum de ONGs sobre o Banco Asiático de Desenvolvimento

Este relatório investiga os investimentos do Banco Asiático e do AIIB importantes chaves, incluindo Tailândia, Filipinas, Paquistão e Bangladesh. Foi desenvolvido através de um esforço colaborativo com a CLEAN (Coastal Livelihood and Environmental Action Network), o Centro de Energia, Ecologia e Desenvolvimento (CEED) e o Consórcio Indus. O relatório inclui infográficos fáceis de interpretar que descrevem os impactos de projetos específicos de petróleo e gás. O Fórum de ONGs também produz uma publicação trimestral no estilo revista chamada [BANKWATCH](#) que fornece análises e relatórios de parceiros de ONGs, especialistas e membros de projetos específicos, juntamente com um amplo conjunto de questões de política social e ambiental relacionadas ao financiamento do AIIB e do Banco Asiático.

**Acesse o relatório:** [Legado de combustíveis fósseis do ADB e do AIIB na Ásia](#)

## GDP Center

Além de suas extensas bases de dados, o Centro publica resumos periódicos dos investimentos chineses em desenvolvimento em todo o mundo. Este relatório em inglês e chinês, [The BRI at Ten: Maximizing the Benefits and Minimizing the Risks of China's Belt and Road Initiative](#), aborda os benefícios e riscos da estratégia chinesa para a construção de infraestrutura em todo o mundo. A análise específica dos investimentos chineses na América Latina (derivada da base de dados) pode ser encontrada em [At a Crossroads: Chinese Development Finance to Latin America and the Caribbean](#), 2022.

## Recursos de Educação e Mídia

### China Dialogue

[China Digest](#) aborda uma lacuna na relativa escassez de cobertura jornalística em língua inglesa relacionada à economia, investimentos e políticas de desenvolvimento chinesas. Artigos recentes exploram [o financiamento da transição energética chinesa](#), os desafios climáticos para o [Cinturão e Rota](#) e os esforços domésticos para reduzir as emissões. Seu site focado na América Latina, [Diálogo China](#), está mais explicitamente focado em questões ambientais na relação entre a China e a América Latina, como este recente artigo sobre as [Barragens Kirchner e Cepernic](#), na Argentina.

## Política Nacional de Empréstimos e Acordos Bilaterais

### BRICS Policy Center

O mais recente [BRICS Policy Brief](#) focou nas políticas nacionais e subnacionais que facilitaram os investimentos chineses no Brasil, usando o [Polo Industrial de Manaus](#) como um estudo de caso. Documentos informativos anteriores analisaram os [investimentos chineses na África do Sul](#) e compararam o papel econômico da [China no Brasil e na África do Sul](#). O blog analisa mais de perto a [expansão do grupo BRICS](#) e os papéis da China e do Brasil.





CHARLES STEWART  
MOTT FOUNDATION

**in f**   /mottfoundation

**Escritório**  
**Flint, Michigan,**  
**EUA**

Fundação Charles Stewart Mott  
503 S. Saginaw St.,  
Suite 1200  
Flint, Michigan 48502-1851

**Telefone** +1-810-238-5651  
**Fax** +1-810-258-8614  
**www.mott.org**

